

Portal de Periódicos do Superior Tribunal de Justiça¹

Alda Cristina Bittencourt Barreiros²

José Ronaldo Vieira³

Lúcia Evaristo de Sousa⁴

Resumo

Apresenta o projeto do Portal de Periódicos do Superior Tribunal de Justiça, descrevendo o papel que esse mecanismo de busca especializado desempenhará no contexto da informação jurídica. Traz breve histórico sobre o surgimento dos periódicos eletrônicos, mostrando sua importância para a comunidade científica. Destaca a natureza do acesso livre à informação, a importância do software livre e as principais contribuições do Portal para democratização do acesso à informação jurídica.

Palavras-chave

Biblioteca digital. Portal. Informação Jurídica. Informação científica. Periódico eletrônico. Software Livre. Acesso aberto. Brasil.

Abstract

It presents the Portal de Periódicos STJ Project, describing the purposes and role of this specialized search tool concerning legal information. It features a brief history of the beginning of the electronic periodicals, showing how it is relevant to the scientific community. It highlights the nature of open access and open source to the information of the website and its consequent contribution to the fulfillment of citizenship, in agreement with the mission of the Superior Tribunal de Justiça.

Keywords

Digital library. Electronic gates. Law information. Electronic periodicals. Periodical article. Open access. Open source. Brazil.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Blaise Pascal como requisito à obtenção do grau de especialista em Gestão do Conhecimento, da Informação e Documentação.

² Bibliotecária do Superior Tribunal de Justiça. alda.bittencourt@stj.gov.br.

³ Bibliotecário do Superior Tribunal de Justiça. jronaldo@stj.gov.br.

⁴ Bibliotecária do Superior Tribunal de Justiça. lucia.souza@stj.gov.br

1. Introdução

Na década de 80, a recessão econômica enfrentada pelo Brasil causou uma redução no orçamento das instituições públicas do país. Com isso, as bibliotecas tiveram que limitar o seu poder de compra, afetando diretamente a atualização de seus acervos, principalmente no que se refere às coleções de periódicos, que se apresentavam cada vez mais onerosas.

Essa situação deflagrou uma crise na manutenção e atualização da coleção de periódicos na maioria das bibliotecas, fazendo surgir novas alternativas para divulgação e acesso a essa literatura, como, por exemplo, os pré-prints, documento essencial para o especialista envolvido em pesquisas e que sempre procura conhecer aquilo que está sendo gerado em termos de inovação. Ademais com o advento da Internet e das novas tecnologias de informação, existe uma demanda cada vez maior por mecanismos que viabilizem a divulgação dessa forma de informação no menor prazo possível.

A partir da década de 90, surgem os periódicos eletrônicos de acesso livre, que, se no início não foram bem aceitos pela comunidade científica, atualmente vêm ganhando cada vez mais credibilidade, pois possuem maior impacto e domínio na comunidade científica que os demais, sendo inclusive seus autores mais citados em artigos científicos. Também contribuem para a criação de repositórios institucionais com o objetivo de relevar os artigos publicados em revistas eletrônicas disponibilizadas gratuitamente.

Muitos autores têm afirmado que periódicos on-line, em especial aqueles com disponibilidade de texto livre completo, facilitam o acesso aos pesquisadores e aumentam a taxa de citação dos artigos.

Essa aceitação tem gerado um aumento significativo da produção de periódicos no mundo on-line, e, em consequência, a busca e a visibilidade dos artigos disponíveis na web tornam-se tarefas complexas, exigindo de quem faz a busca conhecimento especializado das ferramentas e dos sítios que abrigam essas revistas.

Nesse contexto, os portais surgem como uma solução à dispersão dos periódicos eletrônicos e à complexidade de sua recuperação. Eles agem como pólos centralizadores e agregadores, tornando-se uma ferramenta facilitadora e eficiente na busca e acesso à literatura de uma determinada área.

No momento em que se discute a modernização do Poder Judiciário, a Biblioteca Ministro Oscar Saraiva apresenta o seu projeto do portal de periódicos, como uma iniciativa que visa facilitar a visibilidade dos periódicos jurídicos e contribuir para democratização do acesso à informação jurídica.

2. Desenvolvimento

A Biblioteca Ministro Oscar Saraiva foi criada em 28 de junho de 1948, ainda à época do extinto Tribunal Federal de Recursos, e tem como missão atual “gerenciar o desenvolvimento das ações relacionadas à coleta, tratamento, disseminação e recuperação da informação doutrinária e legislativa, de forma efetiva supervisionando as atividades realizadas, visando à plena satisfação dos usuários”. Ressalte-se que, logo após a criação, pela Constituição de 1988, do Superior Tribunal de Justiça e à conseqüente extinção do TFR, a Biblioteca inicia o trabalho de automação de seu acervo bibliográfico e assina um convênio com o Senado Federal para fazer parte do Sistema de Informações do Congresso Nacional – SICON, aperfeiçoando e ampliando, ainda àquela época, o seu sistema de alimentação e recuperação de informações e passando a fazer parte de uma moderna rede de bibliotecas.

A Biblioteca possui presentemente um vasto acervo bibliográfico especializado na área jurídica e ciências correlatas - dentre livros, folhetos, obras raras, teses, documentos eletrônicos (cerca de 64 mil itens) e 572 títulos de periódicos nacionais e estrangeiros, em suporte impresso e em meio eletrônico. Desde o ano de 2000, a Biblioteca divulga suas aquisições bibliográficas pela página do STJ na internet, e seu acervo bibliográfico passou a ser gerenciado e consultado pela Rede Virtual de Bibliotecas do Congresso Nacional – RVBI, ainda administrado pelo Senado Federal, mas com suporte mais moderno, denominado Aleph, que adota o mesmo formato bibliográfico internacional usado pelo seleto grupo das bibliotecas digitais.

O projeto do Portal de Periódicos, coordenado pela Seção de Periódicos da Biblioteca, contribui para facilitar o acesso aos usuários às demandas relativas às informações jurídicas inseridas em publicações seriadas. Ademais, seguindo as inovações tecnológicas na distribuição de informações relevantes na área jurídica acaba por inserir sua pretensão nos objetivos estratégicos do Superior Tribunal de Justiça, definidos no Plano de Gestão do biênio 2006/2008, que são: acelerar o trâmite processual (informações jurídicas que dão suporte aos votos e decisões dos Ministros e seus assessores divulgados mais rapidamente e abrangendo maior número de publicações periódicas) e contribuir para a modernização do judiciário (artigos de periódicos em inteiro teor sendo disponibilizados em tempo real pela internet). Enquadra-se ainda na missão do Tribunal: “Processar e julgar as matérias de sua competência originária e recursal, assegurando uniformidade na interpretação das normas infraconstitucionais e oferecendo ao jurisdicionado uma prestação acessível, rápida e efetiva”, ou seja, permitindo tanto aos Ministros quanto aos assessores, servidores da Casa e usuários em geral conhecimento célere, rápido e efetivo do teor das principais e relevantes publicações seriadas nacionais e estrangeiras na área jurídica pelo simples acesso à internet.

INFORMAÇÃO CIENTÍFICA

Segundo Kuramoto (2006), “a informação científica é o insumo crucial para o desenvolvimento científico e tecnológico de um país”. Essas informações são o resultado

de estudos e pesquisas científicas realizados por pesquisadores financiados em sua maioria pelo setor público e são divulgadas pelas publicações seriadas ou periódicas. Assim tem sido por mais de três séculos. Não teríamos como precisar a origem da pesquisa científica, mas certamente, conforme Kuramoto, teve início na Grécia antiga e como exemplo poderíamos citar o “simpósio”, festa em que os gregos debatiam e em que a bebida circulava livremente.

Miranda e Pereira (1996) expõem que, desde os primórdios da história da comunidade científica, os congressos e as reuniões científicas bem como os periódicos científicos já eram altamente valorizados. O fato é que, no Século XVII (1665 mais precisamente), nascem as revistas científicas e com elas a base do sistema moderno de comunicação científica. Inicialmente surgem os periódicos com artigos curtos e de autoria individual (que hoje mais se parecem com “notícias científicas”) e só há um século atrás começaram a ser escritos como verdadeiros “artigos científicos”, como conhecemos atualmente. Houve ainda o seu crescimento exponencial e fragmentação em áreas cada vez mais especializadas.

De acordo com as autoras Silveira e Oddone (2004) a pesquisa científica surgiu de uma dupla necessidade: a) conhecer os avanços da ciência e b) comunicar à comunidade os achados e resultados de pesquisa dos diversos temas da ciência. Ziman (1979) afirma que o periódico científico permite a ascensão dos pesquisadores para efeito de promoção, reconhecimento e conquista de poder em seu meio e, como tal, sua avaliação pela comunidade de pesquisa torna-se essencial.

Crane (apud FAZZIONI et al., 2006) divulga a idéia de que “a comunicação científica é a difusão de idéias transmitidas de pessoa a pessoa, paralelamente a um processo de interação social, que acentua o desenvolvimento do conhecimento científico. A amplitude alcançada pela comunicação do conhecimento – seja de caráter científico ou tecnológico – provocou o surgimento dos conceitos da gestão do conhecimento”. Fazzioni et al. cita ainda que Leite (2006) sugere que a comunicação científica é formada pelo compartilhamento da atividade intelectual e criativa, pelas trocas de informação, sendo que essas interessam à gestão do conhecimento. Assim, para as autoras existiriam grandes similaridades entre a comunicação científica e a gestão do conhecimento. A própria rede virtual seria um instrumento de comunicação entre as pessoas segundo Levy (1998).

Releve-se ainda que Garvey (1979) foi o responsável pelo estabelecimento dos fundamentos da comunicação científica quando conseguiu representar as atividades de produção, disseminação e uso da informação através de modelos. Desse modo, as funções da comunicação científica, sistematizadas posteriormente por Ferreira et al. (2003), foram definidas a seguir:

- fornecer respostas a perguntas específicas;
- concorrer para a atualização profissional do cientista no campo específico de sua atuação;
- estimular a descoberta e a compreensão de novos campos de interesse;
- divulgar as tendências de áreas emergentes, fornecendo aos cientistas idéia da relevância de seu trabalho;

- testar a confiabilidade de novos conhecimentos, diante da possibilidade de testemunhos e verificações;
- redirecionar ou ampliar o rol de interesse dos cientistas;
- fornecer feedback para aperfeiçoamento da produção do pesquisador.

O principal veículo de disseminação de resultados em ciência e tecnologia, segundo Ferreira e Muniz Jr. (2005), é o periódico científico, sendo a crise da “indústria do periódico científico” das últimas décadas abrandada com o surgimento dos periódicos eletrônicos de acesso aberto. O artigo científico comporia, portanto, as revistas científicas que não teriam fins comerciais em si mesmas e possuiriam inestimável relevância científica, mas que acabaram, com o tempo, transformando-se em elemento de grande valor econômico, como explicaremos a seguir, sendo enormemente explorado pelo mercado editorial e terminando por se tornar inacessível (pelos preços exorbitantes de venda) pelos pesquisados e instituições voltadas à disseminação de conhecimento como bibliotecas, centros de documentação e órgãos públicos de fomento à pesquisa.

Sendo base, portanto, o sistema de comunicação científica (ANDRÉ, 2005), o americano Eugene Garfield, na década de 60, teve a idéia de analisar as citações bibliográficas presentes em seletos artigos de periódicos e terminou por lançar a base de referência SCI (Science Citation Index), que se tornou referência mundial para a classificação de revistas de consulta obrigatória. O sistema que originariamente iniciou como tentativa de facilitar aos pesquisadores o acesso às referências de maior impacto na sociedade acabou por resultar, por parte dos publicadores e editores, em maior elevação nos preços das revistas citadas pelo SCI. Assim tanto bibliotecas e instituições de fomento à pesquisa quanto os pesquisadores passaram a ter grandes dificuldades no acesso e manutenção de suas coleções de periódicos científicos. Tenopir e King (1988) destacam o grande aumento no preço das revistas nos últimos 20 anos. Cita que “os preços das revistas acadêmicas norte-americanas aumentaram de US\$ 39 em média no ano de 1975 para US\$ 284 em 1995”. Algumas revistas ainda, segundo André (2005), revelam cifras que tiveram um aumento na ordem de 581%.

Ainda conforme Ferreira e Muniz Jr. (2005), a “indústria do periódico científico” sofreu vários abalos em sua estrutura nas últimas décadas e acabou por fazer com que cientistas e pesquisadores refletissem sobre suas reais necessidades na composição de artigos científicos. Concluíram que seriam requisitos importantes a velocidade da divulgação do conhecimento (presteza na divulgação), custo dos periódicos (acessibilidade), direitos autorais (independência dos autores com relação aos editores/publicadores) e sistema *peer-review* (avaliação pelos pares com maior agilidade e transparência). Outra realidade é então instituída graças às mídias digitais e à internet e também à reflexão de pesquisadores que se vêem como agentes possíveis de descentralização do processo de administração da produção científica, antes monopolizada pelos grandes mercados editoriais. Através ainda dessa nova percepção um grupo de pesquisadores ingleses, segundo Ferreria e Muniz Jr. (2005), cria a Iniciativa dos Arquivos Abertos (OAI), cuja diretriz é o livre acesso à informação e que tem como escopo “abrir caminho para o arquivamento público e universal da literatura de pesquisa acadêmica e

científica na *web*”. Essa iniciativa, que visa garantir a interoperabilidade, a recuperação e compartilhamento das informações, terminou por influenciar e mobilizar a comunidade científica internacional, como exporemos mais tarde.

As atuais revistas científicas, citadas por Silveira e Oddone, são produzidas, portanto, de três maneiras:

a) editoras comerciais produzem periódicos com alto padrão de qualidade, apresentação, relevância do tema e investimento tecnológico. Quaisquer autores, sem quaisquer restrições, submetem seus trabalhos para publicação, que são analisados por um corpo editorial de alta formação profissional e também por revisores que o publicam ou não (*peer review*). Os artigos publicados passam a pertencer à editora da revista (direito autoral) e são geralmente editadas em formato impresso e distribuídas pelos meios de transporte tradicionais. Podem ser publicadas também em formato *on-line* e, nesse caso, são adquiridas pela compra de uma assinatura, podendo ser anuais ou não;

b) as instituições de fomento à pesquisa tais como Universidades, Associações, Sociedades de Classes Profissionais e outras tanto sem fins lucrativos produzem um grande número de revistas científicas. Normalmente cobram anuidade ou mensalidade de seus sócios que passam a ter direito de acesso às publicações editadas e a publicar nas revistas. Muitas instituições utilizam a permuta de títulos de revistas publicadas por elas como meio para aquisição de títulos de instituições terceiras. Muitas vezes seus artigos são disponibilizados gratuitamente *on-line* imediatamente à sua publicação ou observando certo período de carência. Essa forma de publicação é a denominada “acesso-gratuito” ou *free-access*.

c) surgindo como contestação ao modelo atual (pós-domínio do mercado editorial e altos preços) e viável com o desenvolvimento tecnológico das publicações eletrônicas e uso da internet, as revistas *on-line* de acesso gratuito permitem que quaisquer autores, desde que pagando valor previamente determinado (a não ser que sejam subvencionados por instituições que os financiem), possam ter seus artigos publicados. Esses artigos também são submetidos a um corpo editorial e revisão por pares como nos padrões tradicionais, porém não são detidos dos autores seu direito autoral, seu acesso, seu direito sobre cópias e armazenagem. São as publicações de “acesso aberto” ou *open-access*.

É importante destacar que essas três maneiras de produção além de diferenciarem pela forma como o conteúdo pode ser disseminado (impressa ou não) são distintas principalmente pela forma com que sua produção é financiada. No modelo mais tradicional a renda das editoras/distribuidoras provém de assinatura paga pelo assinante e no mais moderno é o autor (ou instituição que o financia diretamente) que paga uma taxa pré-determinada para submeter seu artigo e outra mais se o artigo for publicado. Destaque-se que apenas nesta última opção o autor detém seus direitos sobre seu artigo científico.

PERIÓDICO ELETRÔNICO

O periódico eletrônico surgiu pelo processo de reflexão de pesquisadores que concluíram que seria a solução viável para os problemas enfrentados pela comunidade e conseqüente comunicação científica. Dados mostram que boa parcela das bibliotecas de

universidades e centros de fomento à pesquisa teve que cancelar suas assinaturas de revistas acadêmicas pelo seu alto custo. Briquet de Lemos (2005) cita a assinatura da revista *Brain Research* que abrangendo apenas 66 fascículos durante o ano estaria cobrando US\$ 23.617,00 pelo valor de sua assinatura anual. O próprio Parlamento Inglês apresenta em relatório o fato de que os lucros das editoras de revistas científicas têm sido excessivamente altos em relação às demais editoras da indústria editorial, chegando a 34% de lucro operacional. Outro fator apontado pelos pesquisadores e pelas instituições mantenedoras de coleções de periódicos é de que apenas uma minoria de artigos em cada fascículo adquirido seria de seu interesse (ou de interesse de seus usuários).

Briquet de Lemos (2005) sugere a seguinte definição para periódico eletrônico: “um recurso eletrônico, com artigos completos, que pode incluir elementos de multimídia, disponível na internet, e que é publicado sequencialmente, com uma designação numérica ou cronológica, e que pretende continuar indefinidamente. Pode ser a reprodução de uma revista impressa ou uma publicação exclusivamente em linha”.

Como vantagens na aquisição de periódicos eletrônicos poderiam ser citados: economia de espaço (digitalização da informação), acessibilidade (desde que se tenha um computador obviamente), divulgação ilimitada (pela internet), rapidez de publicação (inexistência de trâmites burocráticos), qualidade garantida pelos pares (revisão dos pares), artigos de tamanho ilimitado, ligação automática à rede de seus antecessores ou correlatos (*link* com artigos citados), utilização de cores sem qualquer limitação, uso de diferentes métodos de indexação, buscas facilitadas, utilização de multimídia, interatividade, remissivas para outros recursos disponíveis em rede, dentre outros. Como desvantagem teríamos a incerteza de permanência do suporte digital, por exemplo, ou seja, não ter como controlar os artigos ou títulos desaparecidos ou interrompidos pelo editor do pacote.

Grusynski e Golin (2007) comentam que o periódico eletrônico deve buscar soluções tecnológicas que visem sua maior visibilidade (capacidade de ser acessado em bases de dados e índices), com mecanismos de busca e indexação, associação de metadados aos documentos, facilitando sua recuperação, consulta e navegação eletrônicas. O Google, por exemplo, utiliza a maior quantidade de linkagens de um artigo como sistema de valoração, o que ressalta a questão da visibilidade de um periódico na *web*.

Briquet menciona os três tipos de financiamento de revistas científicas eletrônicas: a) o assinante da revista paga assinatura e às vezes também os autores pagam para poderem publicar seus artigos; b) os autores pagam para publicar seus artigos mas o assinante nada paga (acesso livre); c) as instituições que são afiliadas às revistas publicadoras arcam com seus custos – sozinhas ou com auxílio governamental.

Como aqui não mencionamos somente os artigos disponibilizados em acesso aberto o antigo problema de aquisição de títulos com preços flutuantes e extorsivos se faz presente. O fornecimento de periódicos eletrônicos não se baseia na compra de um produto mas no uso de um serviço por tempo determinado que não permite a construção de acervos ou de acesso à informação antigamente abarcada quando cancelada sua assinatura.

Finalmente, a publicação eletrônica não consegue revolucionar a publicação científica, apenas acentuando antigas questões relativas à instabilidade nos preços, duplicação e obsolescência da informação.

ACESSO LIVRE

Silveira e Oddone (2004) chamam a atenção para o que se tem denominado “acesso livre” e que se distingue de “acesso gratuito” e de “acesso aberto”. Assim, a diferença entre o acesso gratuito do aberto está em que o acesso aberto já nasce gratuito, fica livre de ser acessado por qualquer pessoa e os direitos autorais permanecem com o autor. No acesso gratuito, ao contrário, o periódico foi pago mas está sendo disponibilizado em determinado momento como gratuito e a editora possui seu direito autoral. O termo acesso livre, por sua vez, tem sido utilizado nos casos em que a editora coloca seus periódicos disponíveis *on-line* no final de cada ano (não são imediatamente disponibilizados) e ainda detém os direitos autorais de seu autor. No acesso aberto puro os autores são os detentores dos direitos autorais. Além disso, a PloS – Public Library of Science (2004) pondera que uma publicação de acesso aberto é “aquela que: 1) os autores e detentores dos direitos autorais garantem para todos os usuários o direito de livre acesso, irrevogável, mundial e perpétuo e a licença de copiar, utilizar, distribuir, transmitir e exibir o trabalho publicamente e fazer distribuir trabalhos derivados deste, em qualquer meio digital para qualquer propósito responsável, com sua própria autoria, assim como o direito de fazer um pequeno número de cópias impressas para uso pessoal; 2) é depositada imediatamente após a publicação original, num padrão conveniente, uma cópia da versão completa do trabalho, com todos os materiais suplementares, incluindo a cópia da permissão, em pelo menos um repositório *on line* de uma instituição acadêmica, universitária, agência governamental ou outra organização que permita o acesso aberto, distribuição irrestrita, interoperabilidade e arquivo em longo prazo” (SILVEIRA; ODDONE, 2004).

Machado (2005) denomina ainda “acesso aberto” a “disposição livre e pública na internet, de forma a permitir a qualquer usuário a leitura, *download*, cópia, impressão, distribuição, busca ou o *link* com o conteúdo completo de artigos, bem como a indexação ou o uso para qualquer outro propósito legal”. O acesso aberto trouxe novas iniciativas tais como o licenciamento do tipo *creative commons* (criatividade comum) e o *software livre* que será abordado mais tarde. Com o acesso aberto surge o real compartilhamento do conhecimento pelas redes virtuais, a nível global e em tempo imediato à sua criação. Machado comenta que o maior dos problemas para os autores seria o de não possuir mais controle sobre a integridade de seu trabalho, além de seu direito sobre sua citação ou propriedade intelectual. O ambiente virtual, a internet, aliás, propicia o término da cadeia produtor/autor e consumidor, da propriedade do conhecimento.

O fato é que a comunidade científica, percebendo que a internet poderia ser seu grande aliado, juntamente com o apoio das universidades e demais instituições de pesquisa, encamparam o movimento internacional do acesso livre (*open access*) e auxiliaram na criação de repositórios institucionais na tentativa de relevar os artigos publicados em revistas eletrônicas disponibilizadas gratuitamente. Atualmente os periódicos de acesso livre têm demonstrado que possuem maior impacto e domínio na comunidade científica que os demais, sendo inclusive seus autores mais citados em artigos científicos.

Björk (apud MUELLER, 2006) classifica o acesso aberto em quatro tipos: a) os periódicos científicos eletrônicos com avaliação prévia pelos pares; b) os servidores de e-prints para área específicas do conhecimento (repositórios para assuntos específicos); c) os repositórios institucionais de universidades específicas; e d) o auto-arquivamento em páginas pessoais dos autores. Independentemente de como são arquivados ou mantidos, o acesso aberto promoveu maior liberdade e rapidez no acesso a informações científicas entre os pesquisadores de todo o mundo.

MOVIMENTO PELO ACESSO ABERTO

Um dos primeiros sinais pelo movimento das comunidades científicas pelo acesso aberto se manifestou na década de 90, mais precisamente em 1991, com Paul Ginsparg que criou o ArXiv no Laboratório de Los Álamos, Novo México, EUA, repositório digital na área de ciência da computação, de física e de matemática. Foi o primeiro arquivo aberto de *e-prints*. Surgiu principalmente em decorrência da exorbitância nos preços de periódicos impressos nessas áreas e pela dificuldade e demora na disseminação de informações imprescindíveis à sua comunidade. Nesses *open archives* os trabalhos dos cientistas eram submetidos a um *software* dotado de um moderador (*peer review*) que os publicava e permitia que outros leitores os comentassem (*peer commentary*), fizessem notas e até questionamentos; esses novos questionamentos ou críticas permitiam que o autor, se considerasse alguma nova revisão imprescindível de atualização ou de melhoria, que assim o elaborasse e o depositasse em nova versão. Segundo Kuramoto (2006) como se fosse um colégio invisível, só que de abrangência mundial. Logo após surgiram outros projetos semelhantes tais como o CogPrints (Cognitive Sciences Eprint Archive no Reino Unido), o NCSTRL (Networked Computer Science Technical Reference Library), o RePEC (Research Papers in Economy). Em 1996, na Universidade de Virgínia, surgiu o Networked Digital Library of Theses and Dissertations (NDLTD) que é o maior banco de teses e dissertações existentes ainda hoje no mundo. Em 1997 o BIREME – Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde criaram o SciELO, que será comentado posteriormente.

Em julho de 1999, com o incentivo de Paul Ginsparg, Rick Luce e Herbert Van de Sompel e com a convocação de responsáveis por repositórios de *e-prints* acadêmicos foi realizada a Convenção de Santa Fé, e, a partir daí, foi criada a *Open Archives Initiative* (OAI). Essa convenção definiu (KURAMOTO, 2006) as especificações técnicas e os princípios administrativos para o estabelecimento de um alto nível funcional de interoperabilidade entre os repositórios existentes e ainda por surgir. Foram considerados como itens essenciais, portanto, mecanismo de submissão, sistema de armazenamento a longo prazo, uma política de gestão para submissão e preservação de documentos e uma interface aberta permitindo que terceiros coletassem dados dos respectivos arquivos. A convenção ainda estabeleceu a existência de provedores de dados (gestores dos arquivos *e-prints* que devem ser munidos com mecanismos de submissão para o auto-arquivamento dos artigos, sistema de armazenamento a longo prazo e mecanismos de exposição de metadados do arquivo para facilitar a sua coleta por terceiros) e provedores de serviços (instituições ou serviços de terceiros que implementam os serviços com valor agregado a partir de dados coletados junto aos arquivos de *e-prints*).

Estabeleceu-se um protocolo de comunicações único para possibilitar a coleta de metadados, o Open Archives Initiative Protocol of Metadata Harvesting (OAI-PMH). A partir de um provedor de dados então são coletados metadados. O provedor de serviços, responsável pela coleta dos metadados deve utilizar um programa chamado Harvester (mecanismo de colheita) o OAI-PMH. Os metadados também devem ser padronizados e o mais utilizado, segundo Kuramoto, é o Dublin Core sem qualificadores que permite adaptações pelo seu gestor.

Ainda no ano de 1999, Harold Varmus, diretor do National Institute of Health nos EUA, sugeriu a criação de um site eletrônico que desse acesso livre à literatura já publicada ou por publicar da área de ciências da vida. Foi instituída assim a PubMed Central que atualmente agrega 150 periódicos incluindo a BioMed Central (lançada em 2000).

Outro acontecimento relevante foi a criação em 2000 da Public Library of Science (PloS), coalizão oriunda do Prêmio Nobel de Medicina de 1999 por Harold Varmus. Uma carta foi assinada por milhares de pesquisadores de todo o mundo implantando a idéia de que o conhecimento científico é universal e, portanto, deve ser disseminado em acesso livre para todos em qualquer lugar do mundo. Desta união em 2003, foi lançada a Revista de Biologia e, em 2004, a Revista da Medicina com acesso absolutamente gratuito para quem as acessa mas sendo pagos pelos autores ou instituições de fomento à pesquisa para que seus artigos sejam publicados. Embora sendo o autor responsável pela manutenção financeira dos repositórios é considerada a opção mais viável pela possibilidade de servir a comunidade científica com sucesso e menor custo, sem contar que muitas vezes são as próprias instituições de fomento à pesquisa, normalmente governamentais, que acabam mantendo ou financiando os repositórios eletrônicos. De qualquer forma, outra solução apontada por alguns autores seria o pagamento pela requisição de cópias ou *downloads* por preços bem baixos ou a inclusão de anúncios comerciais nos artigos disseminados.

Vários outros movimentos internacionais têm tentado promover ainda mais o acesso aberto de comunicações científicas, conscientizando esta comunidade de que possuem compromisso com a sociedade em geral na geração de novos conhecimentos. Como tal podem ser citados:

- a “Budapest Open Access Initiative” em 2001, uma das mais importantes iniciativas do movimento de acesso livre;
- a “Declaração de Princípios da Cúpula da Sociedade da Informação” promovida pelas Nações Unidas no ano de 2003;
- a “Declaração de Bethesda” em 2003;
- a “Declaração de Berlim” firmada por várias instituições universitárias e depositárias de periódicos eletrônicos convocadas pelo Max Plank Institute de Berlim;
- o “IAP Statement on Access to Scientific Information”, em 2003, promovido por academias de ciência, inclusive nacionais;
- a “Declaration on Access to Research Data From Public Funding” firmada pelos países-membro da OCDE em 2004;

- o “Statement on Open Access to Scholarly Literature and Research Documentation” pela IFLA (Federação Internacional de Associações de Bibliotecas) em 2004;
- “Declaración de Buenos Aires” em 2004;
- o “Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica” em 2005.

SOFTWARE LIVRE

Como aconteceu com a exploração por parte dos editores de periódicos científicos na taxação de altos preços pela sua aquisição, assim também os softwares têm sido alvo de especulação financeira. Atualmente, com a redução do custo de computadores (*hardware*) e pela disseminação do Unix (iniciativa da AT&T americana) pelo mundo acadêmico, o software livre acabou sendo incorporado na comunidade científica. A Microsoft que praticamente possui monopólio mundial vem encarecendo seus softwares de forma inconcebível, e o mundo (principalmente o acadêmico) não tendo como ficar à margem do desenvolvimento tecnológico teminou por apoiar incondicionalmente o movimento de uso de software livre.

O governo brasileiro em reportagem divulgada pela Folha Online cita a economia de 80% do que pagava em licenças brasileiras (em 2005) pela implantação de programas de software livre. Percebe-se que o nosso governo compreendeu a importância da disseminação da cultura em informática para sua população a custos mais baixos. O SERPRO em 2000 foi considerado o órgão responsável na condução de estudos sobre o Linux, baseando-se no modelo do programa mexicano e inúmeros outros programas pioneiros e de iniciativa isolada em que educadores conseguiram criar laboratórios de informática através da utilização de equipamento (*hardware*) obsoleto. Ligado à internet o computador, qualquer que seja, transforma-se em ferramenta de poder. Assim, os softwares livres é uma solução altamente viável. O objetivo do governo ao adotar o software livre foi conseguir mais estabilidade e segurança no uso dos programas e maior independência em relação a seus fornecedores, até porque os softwares proprietários muitas vezes podem possuir falhas de segurança não detectáveis facilmente e que acabam comprometendo informações consideradas estratégicas e sigilosas. Deixa-se assim de pagar licenças e passa-se a pagar por serviços, pois se exige capacitação maior dos funcionários para que estejam aptos a executar programas e arquivos de informação.

O *software* Linux, que surgiu em 1991, foi criado por Richard Stallman com o intuito de lutar pelo movimento pelos softwares abertos e livres ainda em 1984, quando foi negado seu pedido de acesso ao código fonte de um programa para tentar corrigir o driver de sua impressora. Fundou à época a “Free Software Foundation” (FSF) e desde então começou a criar aplicativos semelhantes ao Unix, como o Linux e FreeBSD. Tornou livre o acesso, portanto, ao código fonte de seus programas e os disseminou para quaisquer interessados. Existem inúmeros grupos adeptos ao movimento do software livre e alguns deles proporcionam à sua comunidade reuniões mensais para o estudo e solução de novos conceitos. Em seu artigo, Almeida destaca que um aspecto importante para a utilização de softwares livres é a da documentação. Mesmo que o programador não documente tudo quando elaborar um novo programa é vital que sempre escreva dicas ou notas curtas dos

truques que o ajudaram a resolver problemas e que os viabilize pela internet para que terceiros tenham acesso.

Finalmente, um aspecto positivo e determinante para a escolha de um software livre seria, além dos inúmeros outros elencados anteriormente, a questão da liberdade de se possuir um programa com documentação livre sem barreiras. O acesso ao código fonte representa uma grande vantagem e uma segurança para o usuário. Se em determinados programas problemas não podem ser detectados e quiçá resolvidos, com o software livre o mesmo não acontece. Em questão de minutos o problema será certamente resolvido. No mundo Linux, por exemplo, existem centenas de portais com esclarecimentos e em que as informações disponibilizadas estão muito bem organizadas, (o site Freshmeat seria um deles), e a instalação de softwares livres também se tornaram muito mais fáceis para o usuário comum. Basta dizer que está sempre em processo de constante evolução e melhoria.

Como aspectos negativos, porém, poderíamos citar (LEVESQUE): custos com suporte e treinamento (em detrimento do pagamento de licenças), a interface é construída de acordo com a lógica dos programadores envolvidos (necessidade de envolvimento de pessoas ligadas à área de aplicação do software), falta de documentação (elaboração de manuais pelos programadores e que sejam entendíveis pelas pessoas que lidarão com o software na prática), a existência de restrições contratuais (para que não acabem inviabilizando na prática o acesso aos códigos fonte), falta de estímulo por parte dos funcionários das instituições (exceto no meio acadêmico normalmente as instituições não possuem pessoas que queiram trabalhar com software livre), falta de organização (o que para muitos autores essa falta de organização entre as comunidades que utilizam software livre não procede) e o não fechamento de prazo para cobrança de cronograma de implantação (modelo sem compromissos comerciais).

MOVIMENTO PELO ACESSO ABERTO NO BRASIL

No Brasil importantes projetos surgiram em decorrência do movimento pelo acesso aberto, sendo mais citados pelos autores o SciELO e a Biblioteca Digital Brasileira. O SciELO (Scientific Eletronic Library Online), implantado em 1998, é uma biblioteca digital que disponibiliza ampla gama de periódicos científicos. Surgiu como resultado de um projeto de pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) em parceria com o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informações em Ciências da Saúde (BIREME) e possui cerca de 260 títulos atualmente. A Biblioteca Digital Brasileira, por sua vez, é um projeto do IBICT (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia) que procura divulgar a produção científica brasileira para outros acadêmicos e profissionais.

Além dessas iniciativas o IBICT lançou em 2000 a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) visando incorporar mecanismos de submissão via internet e arquivos abertos para o auto-arquivamento de artigos pelos seus próprios autores. Outro produto seria o SEER – Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas objetivando a construção e o gerenciamento de novas revistas eletrônicas.

Sendo assim, o IBICT, como órgão primordial na disseminação da informação na comunidade científica brasileira, considera como ideais e princípios na implantação de arquivos abertos: a) a auto publicação; b) o sistema de armazenamento a longo prazo; c) a política de gestão observando normas de preservação de objetos digital; d) o acesso livre, inclusive para coleta e replicação de metadados; e) uso de padrões e protocolos com vista a solução de interoperabilidade entre as bibliotecas digitais; e f) uso de *software open source*.

Ressalte-se que o Brasil vem desenvolvendo políticas governamentais de incentivo ao acesso livre e que muito dependerá das bibliotecas, dos centros de documentação, das instituições de ensino superior e dos próprios órgãos governamentais federais, estaduais e municipais para que essa quantidade de repositórios institucionais evolua. O IBICT vem promovendo políticas de acesso livre à informação científica e o “Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica” resultou dessa necessidade com a participação de universidades, institutos de pesquisa, associações e sociedades científicas, de pesquisadores, de agências de fomento, de instituições governamentais que atuam em ciência, tecnologia e educação, além de editores não comerciais de revistas científicas, editores comerciais de revistas científicas, enfim toda a sociedade produtora e/ou disseminadora de conhecimento científico, o que já é um grande começo. Ao IBICT, entretanto, coube o papel de principal executor e mentor da política nacional de acesso livre e vem desempenhando a contento uma série de atividades, dentre elas: a absorção e transferência de conhecimentos usando o modelo OA (*Open Archives*); absorção, customização, divulgação e transferência de ferramentas de *software* para construção de artigos eletrônicos e de repositórios de acesso livre; a capacitação de técnicos para utilização dessas novas ferramentas, desenvolvimento e implantação do “Portal de Repositórios e Publicações de Acesso Livre”; a aquisição e a distribuição de tecnologia às instituições de ensino superior e de pesquisa; e a divulgação do “Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica” (KURAMOTO, 2006).

Atualmente nosso país ocupa o quarto lugar no ranking mundial de países por quantidade de repositórios (perdendo para os Estados Unidos da América, Reino Unido e Alemanha) e deverá estabelecer maior amplitude com a conscientização da importância na disseminação do conhecimento científico.

Viana et al. (2005) citam como repositórios Dspace no Brasil e na comunidade de língua portuguesa: Universidade do Minho em Portugal em 2002, a Biblioteca Digital do Superior Tribunal de Justiça (BDJur) em 2004, a Universidade de São Paulo (USP) em 2005 e a Universidade Federal do Paraná. Cumpre mencionar que nenhuma dessas experiências ulteriormente apresentadas representariam repositórios institucionais no sentido real do significado - por não possuírem políticas de depósito e acesso e por não abrangerem toda a produção de suas instituições - mas têm papel relevante como repositórios eletrônicos.

Por fim poderíamos citar outras iniciativas de acesso livre a periódicos mais recentes:

- **Livre!:** portal desenvolvido pela CNEN - Comissão Nacional de Energia Nuclear, através do CIN - Centro de Informações Nucleares, para facilitar a

identificação e o acesso a periódicos eletrônicos de acesso livre na Internet (CNEN, 2007);

- **Portal de Acesso Livre da CAPES/MEC:** disponibiliza periódicos com textos completos, bases de dados referenciais com resumos, patentes, teses e dissertações, estatísticas e outras publicações de acesso gratuito na Internet selecionados pelo nível acadêmico, mantidos por importantes instituições científicas e profissionais e por organismos governamentais e internacionais. (CAPES, 2007)
- **Oásis.Br (IBICT):** portal brasileiro de repositórios e periódicos de acesso aberto que permite, por meio de uma única interface, a pesquisa simultânea em vários repositórios digitais e periódicos científicos eletrônicos que utilizam o protocolo OAI-PMH (IBICT, 2007).

Além dos portais nacionais, existem também iniciativas estrangeiras, como o DOAJ – Directory Open Access Journals, da Universidade de Lund, na Suécia, e o J-Gate, de Bangalore, na Índia, que reúnem periódicos de acesso livre de várias áreas do conhecimento.

As iniciativas existentes não abarcam de forma exaustiva a literatura de periódicos jurídicos. Há uma dispersão desses títulos nos portais existentes. Além disso, muitos periódicos jurídicos não estão disponíveis em nenhum dessas iniciativas, pois elas não abarcam os periódicos da maioria das instituições jurídicas brasileiras, porque não são construídos em plataformas que utilizam o protocolo OAI/PMH.

Pesquisa realizada no período de março a junho de 2007 verificou que dos 107 títulos de periódicos nacionais identificados nos sites pesquisados apenas 22 estavam disponíveis nos portais de periódicos existentes, o que representa apenas 20% das revistas encontradas. Os detalhes da pesquisa encontram-se em ANEXO.

A falta de iniciativa que reúna a literatura de periódicos jurídicos, principalmente os construídos sem o uso de padrões abertos, aliada à má navegabilidade dos sites que hospedam essas revistas, dificultam o acesso e a visibilidade dos periódicos das instituições jurídicas.

O PORTAL DE PERIÓDICOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Entrementes, o atual projeto pretendido pela Biblioteca do Superior Tribunal de Justiça possui o caráter de integrar esforços ao movimento pelo acesso livre à informação científica que, em 2005, se tornou estratégico para o nosso país, além de se unir à tentativa do Consórcio BDJur de simplificar e racionalizar as operações essenciais à efetiva prestação jurisdicional.

O Consórcio BDJur, criado em 2004 como projeto estratégico do Superior Tribunal de Justiça, pretende se transformar em um grande consórcio de bibliotecas digitais jurídicas do Poder Judiciário, responsáveis pela disseminação de doutrina, legislação e jurisprudência de seus órgãos judicantes.

O Portal de Periódicos integrará os esforços do Consórcio BDJur na medida em que pretende reunir em um único local a literatura de periódicos jurídicos nacionais e estrangeiros. Com esse projeto, a Biblioteca Ministro Oscar Saraiva vem buscando realizar seu papel no que se refere à disseminação do conteúdo de periódicos jurídicos, que seria, segundo Machado (2005), : “(...) II. ajudar a abrir periódicos de acesso aberto em sua instituição e torná-los conhecidos em outras bibliotecas, serviços de indexação, leitores potenciais e financiadores; (...) IV. assegurar que os acadêmicos de sua instituição saibam encontrar periódicos e arquivos de acesso aberto em suas áreas e que dispõem dos meios para acessá-los; V. monitorar a situação. Se os periódicos de acesso aberto se proliferam e o impacto de seu uso cresce, cancelar jornais caros que não mereçam mais a assinatura”.

O Portal de Periódicos do Superior Tribunal de Justiça pretende solucionar os seguintes problemas:

- a ausência de um portal que reúna toda a literatura de periódicos de acesso livre,
- a inexistência de uma iniciativa para maximizar a visibilidade dos periódicos das instituições jurídicas,
- a dispersão de periódicos jurídicos de acesso livre na internet e, por fim,
- a dificuldade na recuperação do conteúdo dessa literatura.

O conteúdo do Portal abrangerá as seguintes coleções:

- 1) **Periódicos de acesso livre com OAI/PMH:** coleção que reunirá periódicos criados com padrões abertos, rastreados para o Portal com o uso do protocolo OAI/PMH.
- 2) **Periódicos de acesso livre sem OAI/PMH:** abrangerá periódicos de acesso livre criados em plataformas que não utilizam padrões abertos. Esses títulos serão cadastrados no Portal, permitindo acesso direto ao link da revista.
- 3) **Artigos de periódicos (referências):** reunirá referências de artigos de periódicos provenientes de catálogos jurídicos nacionais e estrangeiros.

Cabe também acrescentar ao Portal uma coleção de periódicos eletrônicos assinados pela Biblioteca do Superior Tribunal de Justiça, que poderia ser expandido posteriormente como um serviço da Rede Virtual de Bibliotecas do Congresso Nacional - RVBI, englobando assim periódicos eletrônicos das 15 bibliotecas participantes da rede. Essa coleção seria de uso restrito dessas bibliotecas, com acesso definido mediante acordos de divulgação realizados com os editores.

A criação do Portal será viabilizada mediante a utilização de tecnologias já aplicadas em sistemas integrantes da Secretaria de Documentação do Superior Tribunal de Justiça. Assim será utilizado o software livre Dspace, que foi implantado na BDJur e baseia-se em padrões abertos reconhecidos internacionalmente, como:

- Open Access;

- Open Source;
- OAI/PMH;
- Dublin core.

O Dspace é um repositório digital desenvolvido pelas bibliotecas do MIT (Massachusetts Institut of Tecnology), que têm como objetivo recolher, preservar, gerir e disseminar o produto intelectual dos seus investigadores. Ele é o resultado de um esforço conjunto de investigação e desenvolvimento do MIT e da Hewlett-Packard (HP).

O uso do Dspace facilitará a transferência de dados entre o Portal e outros repositórios, e, por ser um software livre e já haver uma equipe treinada para trabalhar com esse sistema no Tribunal, o custo de sua implantação e manutenção será muito baixo.

3. Conclusão

O movimento do livre acesso ao conhecimento tem conquistado defensores dentro e fora da área acadêmica, contribuindo para o surgimento de diversas bibliotecas virtuais no Brasil e no mundo e impulsionando o aumento da produção científica.

Os cientistas e as bibliotecas que trabalham contra o domínio das grandes editoras de publicações científicas, que praticam altos preços, apóiam o movimento que vislumbra na internet a possibilidade de tornar o livre acesso uma realidade, ao propiciar diferentes formas de circulação da literatura científica.

O Brasil vem desenvolvendo políticas governamentais em prol desse movimento, cooperando para a evolução do quadro dos repositórios institucionais que em muito dependerá dos esforços despendidos pelas bibliotecas, centros de documentação, instituições de ensino superior e dos órgãos governamentais, federais, estaduais e municipais.

O Portal de Periódicos do Superior Tribunal de Justiça é mais uma iniciativa de contribuir para a democratização da informação, surgindo como uma idéia inovadora no âmbito da acessibilidade à informação jurídica, especificamente da literatura de periódicos nacionais e estrangeiros de acesso livre.

As vantagens desse portal não estão somente na disponibilização da informação, mas também na utilização de ferramentas tecnológicas avançadas e inovadoras que possibilitam a interoperabilidade e intercâmbio de informações entre os diversos sistemas. Esse serviço será criado com a filosofia do acesso aberto (Open Access), utilizando tecnologias baseadas em padrões abertos, conhecidos internacionalmente, como o protocolo OAI/PMH e o software livre Dspace, que já são tecnologias já utilizadas pelo Tribunal.

As bibliotecas de instituições jurídicas e toda comunidade se beneficiarão muito com a implantação dessa nova ferramenta, pois certamente esse Portal será um valioso

serviço de recuperação de informações, que trará resultados mais satisfatórios no momento de realização de buscas de periódicos jurídicos de acesso livre.

Com a utilização de licenças flexíveis de Creative Commons o Portal disponibilizará o seu conteúdo preservando os direitos autorais, incentivando os autores e editores a divulgar o conteúdo de suas revistas no sistema.

A interligação do Portal de Periódicos do Superior Tribunal de Justiça ao Consórcio BDJur é uma forma de integrar os produtos e serviços de informação criados no âmbito da Secretaria de Documentação do Superior Tribunal de Justiça. Dessa forma, esse projeto facilitará a preservação e a recuperação das informações jurídicas disponíveis nos diversos sistemas, além de aumentar a visibilidade das informações jurídicas produzidas pelos diversos tribunais.

Referências

- ALMEIDA, Rubens Queiroz de. **Por que usar software livre?** Disponível em: <<http://www.dicas-l.com.br/dicas-l/20000116.php>>. Acesso em: 22 ago. 2007.
- ALMEIDA, Rubens Queiroz de. **Software livre: bom, bonito e barato.** Disponível em: <<http://www.dicas-l.com.br/dicas-l/20000115.php>>. Acesso em: 22 ago. 2007.
- ANDRÉ, Francis. **Accès aux savoirs.** Paris: Futuribles, 2005. 72 p.
- CONSÓRCIO BDJur: Biblioteca Digital Jurídica. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/2437>>. Acesso em: 25 ago. 2007.
- CAFÉ, Lígia; FACHIN, Gleisy Regina Bóries. Provedores de dados, provedores de serviços e periódicos em ciência da informação, biblioteconomia e áreas afins. **Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n. esp., 1. sem. 2007. Disponível em: <http://www.encontros-bibli.ufsc.br/bibesp/esp_06/bibesp_esp_06_cafe_fachin_esp_20071.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2007.
- CLEMENTE, Eduardo Magalhães. **Diagnóstico: serviço de artigos jurídicos:** Biblioteca Ministro Oscar Saraiva, Superior Tribunal de Justiça, STJ. Brasília, 2006. Trabalho apresentado na Universidade de Brasília, Departamento de Ciência da Informação e Documentação.
- DIRECTORY OF OPEN ACCESS JOURNALS – DOAJ. Disponível em: <<http://www.doaj.org/>>. Acesso em: 5 set. 2007.
- FAZZIONI, Dilva Páscoa de Marco; BLATTMANN, Ursula; SILVA, Rosemeri Maurici da (2006). **Arquivos catarinenses de medicina e a gestão de conteúdos de acesso livre da informação científica.** Disponível em: <<http://www.snbu2006.ufba.br/soac/viewpaper.php?id=206>>. Acesso em: 22 ago. 2007.
- FERREIRA, S.M.S.P.; MODESTO, F.; WEITZEL, S.R. Comunicação científica e o protocolo OAI: uma proposta na área de ciências da comunicação. In: ENDOCOM, 13., Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: PUC-MG, 2003. 1 CD-ROM.
- FERREIRA, Sueli Mara S.P.; MUNIZ JR., José de Souza (2005). **O movimento do livre acesso e a democratização de conteúdos científicos:** um projeto de editoração eletrônica de revistas de ciências da comunicação. Disponível em: <<http://dici.ibict.br/archive/00000568/01/artigo1.PDF>>. Acesso em: 22 ago. 2007.
- GARVEY, W.D. **Communication: the essence of science.** Elmsford, NY: Pergamon Press, 1979.
- GRUSZYNSKI, Ana Cláudia; GOLIN, Cida (2007). **Periódicos científicos eletrônicos e a visibilidade da ciência na web:** estudo de caso na UFRGS. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/jun07/Art_02.htm>. Acesso em: 22 ago. 2007.

J-GATE. Disponível em: <<http://www.j-gate.informindia.co.in/>>. Acesso em: 5 set. 2007.

KURAMOTO, Hélio (2006). **Repositórios**: mecanismo de registro e disseminação da informação científica. Disponível em: <<http://portal.cid.unb.br/CIPECCbr/viewpaper.php?id=46>>. Acesso em: 22 ago. 2007.

KURAMOTO, Hélio. Informação científica: proposta de um novo modelo para o Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n.2, p. 91-102, maio/ago. 2006.

LEMONS, Briquet de. **Periódicos eletrônicos**: problema ou solução? Palestra pronunciada no X Encontro Nacional de Editores Científicos, São Pedro, SP, em 30 de novembro de 2005. Disponível em: <http://www.briquetdelemons.com.br/briquet/briquet_lemos7.htm>. Acesso em: 22 ago. 2007.

LEVESQUE, Michelle. **Os sete pecados do software livre**. Disponível em: <<http://br.tecnologia.yahoo.com/070801/54/1mvim.html>>. Acesso em: 22 ago. 2007.

LEVY, P. Um sistema auto-regulador. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 abr. 1998. Caderno Mais, p. 3.

MACHADO, Jorge Alberto S. **Difusão do conhecimento e inovação**: o acesso aberto a publicações científicas. Disponível em: <http://www.uspleste.usp.br/machado/t_05/acesso_aberto_machado.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2007.

MEDINA, Humberto. Governo poupou R\$ 28 mi com software livre. **Folha de São Paulo**, Brasília (online). Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u94554.shtml>>. Acesso em: 22 ago. 2007.

MIRANDA, Dely Bezerra de; PEREIRA, Maria de Nazaré Freitas. O periódico científico como veículo de comunicação: uma revisão de literatura. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 375-382, set./dez. 1996.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A comunicação científica e o movimento do acesso livre ao conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p.27-38, maio/ago. 2006.

NEVES, Teodora Marly Gama das. Livre acesso à publicação acadêmica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 3, p.116-121, set./dez. 2004.

PORTAL de acesso livre da CAPES. Disponível em:<<http://acessolivre.capes.gov.br/>> Acesso em: 3 set. 2007.

REENEN, Johann van. Open access and connectedness: stimulating unexpected innovation through the use of institutional open archives. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 17-26, maio/ago. 2006.

RODRIGUES, Eloy (2004). **Acesso livre ao conhecimento**: a mudança do sistema de comunicação da ciência e os profissionais de informação. Disponível em: <<http://www.apbad.pt/CadernosBAD/Caderno12004/Rodrigues.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2007.

SCIELO. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php/Ing_pt>. Acesso em: 3 set. 2007.

SILVEIRA, Martha S.M.; ODDONE, Nanci E. (2004). **Livre acesso à literatura científica**: realidade ou sonho de cientistas e bibliotecários? Disponível em: <http://www.cinform.ufba.br/v_anais/artigos/martaenanci.html>. Acesso em: 22 ago. 2007.

SOBRE o OASIS.Br. Disponível em: <<http://oasisbr.ibict.br/sobre.php>>. Acesso em: 22 ago. 2007.

SOFTWARE livre e manuais livres. Disponível em: <<http://www.gnu.org/philosophy/free-doc.pt.html>>. Acesso em: 22 ago. 2007.

TENOPIR, C.; KING, D.W. A publicação de revistas eletrônicas: economia da produção, distribuição e uso. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 176-182. maio/ago. 1998.

VIANA, C.L.M.; MÁRDERO ARELLANO, M.A.; SHINTAKU, M. (2005). **Repositórios institucionais em ciência e tecnologia**: uma experiência de customização do DSpace. Disponível em: <<http://dici.ibict.br/archive/00000719/>>. Acesso em: 22 ago. 2007.

ZIMAN, J.M. Comunidade e comunicação. In: _____. **Conhecimento público**. São Paulo: EDUSP, 1979, p.115-138.

Anexo

Pesquisa

Periódicos jurídicos de acesso livre

Objetivo	Identificar os periódicos jurídicos de acesso livre nacionais disponíveis na Internet, visando a criação do projeto do Portal de Periódicos do Superior Tribunal de Justiça
Período	março a junho de 2007
Metodologia	Pesquisa nos principais sites e portais que disponibilizam periódicos de acesso livre; pesquisa nos sites dos órgãos do Poder Judiciário brasileiro e entidades essenciais da justiça; e pesquisa em sites de busca.
Resultados	Foram identificados 107 títulos de periódicos. Desses títulos apenas 22 estão disponíveis em portais de periódicos existentes.
Conclusão	Há dispersão dos periódicos jurídicos nacionais na Internet, pois não existe ferramenta que reúna toda essa literatura. Isso dificulta a busca da informação jurídica publicada em periódicos disponíveis na Internet.